

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

A IDENTIDADE DE GÊNERO NA ENCRUZILHADA ENTRE AFIRMAÇÃO E DEFESA: COMO A SITUAR NA CONTEMPORANEIDADE?

Felippe Lattanzio

A identidade de gênero, enquanto chancela fundamental do Eu, demarca na contemporaneidade espaço social e político de afirmação e liberdade. Ao mesmo tempo, a identidade é resultado de operações psíquicas de redução do múltiplo ao mesmo, alinhando-se muito mais à lógica da defesa e do fechamento. No presente texto, buscarei fazer trabalhar algumas tensões na compreensão metapsicológica da identidade de gênero para argumentar que determinados paradoxos precisam ser mantidos na teoria psicanalítica para não se cair em discursos reducionistas. Pois bem, compreendamos, a partir de um diálogo com Jean Laplanche, alguns pontos chave da identidade de gênero para chegarmos nas questões levantadas.

Os momentos primeiros de existência de um bebê caracterizam-se por uma radical abertura ao mundo e pela ausência de uma estrutura que diferencie oposições como *eu-outro* e *dentro-fora*. Ribeiro aponta que, nos primeiros momentos do *infans*, “penetrar e ser penetrado, ter e ser o objeto, coalescem, nesse primeiro tempo, numa experiência única, na qual passivo e ativo, masoquista e sádico não são pares de opostos, mas vivências homogêneas de um gozo sem oposição” (Ribeiro, 2000, p. 257). Trata-se, aqui, da multiplicidade da sexualidade infantil antes de ser organizada pela castração e pelo Édipo. Nesses primeiros momentos, apesar de o Eu-instância não estar ainda formado, um incipiente Eu-corporal começa a existir como esboço de uma delimitação psíquica do corpo, ainda precária e hesitante entre a fragmentação dessa passividade originária e a futura coesão necessária à existência de um Eu-instância.

Nesses primeiros momentos, a criança começa a receber aportes narcísicos dos adultos que a cercam, que a ajudarão a traduzir o excesso de alteridade que a inunda. Para Laplanche, o paradigma dessas trocas adulto-*infans* são os processos de

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

apego e de cuidado que, por serem parasitados pelo sexual inconsciente do adulto, subvertem a lógica instintual e instauram uma excitação no *infans*. Aqui podemos conceber, por exemplo, o surgimento das chamadas zonas erógenas.

Ao lado dessa classe de mensagens ligadas aos processos de apego, Laplanche introduz, no texto “O gênero, o sexo, o sexual”, de 2003, uma outra dimensão da sedução: trata-se das mensagens sociais, oriundas do que Laplanche chama de *pequeno socius* - pessoas com as quais a criança tem uma convivência próxima. Tais mensagens se relacionam aos processos de identificação e de construção da identidade de gênero, sendo que essa outra dimensão da sedução ocorre paralelamente a toda a fenomenologia das vivências originárias descritas classicamente por Laplanche. Pois bem, a característica principal dessas mensagens do *pequeno socius* é sua relação com os processos de designação do gênero, veiculada consciente e inconscientemente tanto pela linguagem quanto pelos comportamentos dos adultos que convivem com a criança. Laplanche associa a essa designação o conceito de “identificação por”, em contraposição a uma “identificação à”. Essa “mudança no vetor da identificação” (Laplanche, 2003, p. 81) denota que, nos primórdios da vida psíquica, o verbo identificar não pode ser usado na voz reflexiva *eu me identifico*, mas antes na voz passiva *eu sou identificado*: são os adultos com os quais a criança convive que designam e definem seu gênero.

Tal designação, no entanto, não é pontual nem linear. Um único ato, como o de dar um nome masculino a um menino, por exemplo, não é suficiente para manter uma designação. Não é apenas um significante o responsável pelo gênero, devendo a designação ser entendida como “um conjunto complexo de atos que se prolonga na linguagem e nos comportamentos significantes do entorno [da criança]” (Laplanche, 2003, p. 81). Aqui nos referimos à designação de identidades e papéis relacionados ao sentimento de pertencimento a um dos grupos sociais classificados como masculino e feminino, sentimento esse que se relaciona às formas de se comportar, de sentir, de se vestir, de manifestar emoções, aos modos de gozar, de desejar, de amar etc. Essas mensagens, no entanto, são também obscuras, sendo acompanhadas de “ruídos” (*bruits*) oriundos das fantasias inconscientes e pré-conscientes dos adultos, o que torna a mensagem opaca e enigmática para seu receptor, portanto, menos organizada e mais múltipla do que se suporia a partir de uma primeira apreensão. As representações sexuadas inconscientes dos pais, seus fantasmas, o sexual infantil

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

reavivado pelo convívio com uma criança em estado de desamparo, tudo isso *faz ruído* na designação.

A criança, então, recebe passivamente as mensagens de designação de gênero, mas os ruídos, que ela não tem como simbolizar integralmente, desestabilizam esse processo e o tornam mais complexo, criando um descompasso entre os dois polos. Isso faz com que a designação do gênero seja um processo sujeito a diversas vicissitudes e portador de um duplo viés, pois começa a organizar as relações originárias de passividade e penetração do Eu-corporal e, ao mesmo tempo, porta ruídos que impõem à criança um trabalho de simbolização do excesso que lhe chega. Afinal, a atribuição de gênero é anterior à tomada de consciência e à própria descoberta da diferença anatômica enquanto binária e dos imperativos sociais de se posicionar perante ela. O gênero, assim, convive com o polimorfismo sexual infantil, apesar de já começar a fornecer ao incipiente Eu atributos de identidade. Essa posterior simbolização do gênero, vista por Laplanche como uma tradução organizadora, é feita justamente pelo sexo, entendido enquanto *saber-se homem* ou *saber-se mulher*: este ao mesmo tempo fixa e recalca a multiplicidade do gênero, dando-lhe estabilidade ao confinar-lhe à lógica do “um ou outro”. O gênero, assim, antecede o sexo e é anterior à própria tomada de consciência; o sexo é secundário e organizador, é uma simbolização defensiva do gênero, vindo atender às exigências narcísicas de estabilização de uma multiplicidade a partir da estabilização de uma *identidade*. O sexo, a partir daí, passa a ser visto não como um dado biológico inicial (sobre o qual, supostamente, construir-se-ia um “sexo social” chamado gênero), mas antes como uma aquisição tardia, concomitante ao Édipo e que tem um papel organizador e consolidador do Eu¹. Ao recalcar a multiplicidade da sexualidade infantil e autoerótica, o sexo dá ao Eu a certeza identitária necessária para que se consolide enquanto instância.

Nesse ponto, percebemos a função normatizante da identidade, dado que ela justamente busca domar o múltiplo para conferir estabilidade ao Eu. A partir desses primeiros desenvolvimentos, podemos já nos interrogar: na psicanálise, afinal, trata-se

¹ É interessante notar que essa concepção subverte totalmente o sentido comumente dado ao par sexo-gênero: aquele como dado biológico, este como dado social; aquele precedendo a este. A concepção do sexo como não biológico, não natural, é um ponto-de-vista que vai ao encontro das recentes críticas feministas ao entendimento dicotômico do par sexo-gênero, como se aquele fosse um dado da natureza. Cf., por exemplo, Butler, J. (2003/1990) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

de concordar que o gênero é uma categoria fundamental da subjetivação ou colocá-lo em xeque? Ou a própria formulação de duas alternativas tão opostas já implicaria o binarismo que se deveria superar? Como se movimentar dentro dessa difícil dialética? Se a psicanálise descreve o imperativo de domar a multiplicidade da sexualidade infantil por meio da necessária assunção de um sexo a partir dos códigos culturais binários, e se essa identidade sexuada faz parte do processo de consolidação do Eu, estaria a psicanálise contribuindo de alguma forma para a manutenção da heteronormatividade denunciada por Judith Butler, por exemplo? A própria Butler formula a questão de forma clara:

Além do mais, em que medida, na psicanálise, o corpo sexuado é assegurado através de práticas identificatórias governadas por esquemas regulatórios? (...) Se a formulação de um Eu corporal, um senso de contorno estável, e a fixação da fronteira espacial é obtida através de práticas identificatórias e se a psicanálise descreve os funcionamentos hegemônicos daquelas identificações, podemos, então, ler a psicanálise como uma inculcação da matriz heterossexual ao nível da morfogênese corporal? (Butler, 1993, pp. 13-14, tradução minha).

Sigamos, com essa pergunta em mente, na compreensão dos processos metapsicológicos relativos à identidade de gênero, para depois retornarmos a ela.

O sexo, então, é a forma com a qual a criança consegue traduzir o excesso e a multiplicidade das identificações que lhe foram designadas passivamente e das posições subjetivas vividas. A assunção de um sexo, assim, vem instaurar a falta, a lógica do “terceiro excluído”, dado que ela marca a necessidade de posicionamento e de coerência diante daquilo que antes era múltiplo. O que era antes sem oposição torna-se, nesse momento, binário, “um ou outro”². Esse fechamento é fundamental no movimento de afirmação do Eu, inclusive de suas diferenças e demarcações diante dos outros. A partir desse momento de assunção de uma identidade sexuada, tem-se

² Junto com Ribeiro (2000, pp. 284-301), podemos considerar que muitas das teorias sexuais infantis surgem nesse momento para negar a diferença sexual e a conseqüente incompletude que dela resulta. Os meninos, por exemplo, para não terem que se curvar à lógica do “um ou outro”, podem imaginar um pênis nas mulheres, ou se imaginarem passíveis de castração como forma de assegurar a “indiferenciação” dos sexos. As meninas, por sua vez, podem se imaginar com um pequeno pênis que se soma à vagina. Ambas seriam formas fantasísticas de negar a diferença e tentar adiar ao máximo o posicionamento perante a partilha sexual.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

uma estabilidade e a reiteração da designação em relação ao sexo não mais precisa ser tão contínua: é criada uma certeza subjetiva do tipo “eu sou homem” ou “eu sou mulher”. Uma vez estabelecida essa identidade, a reiteração poderá ocorrer em relação às práticas de um ou outro sexo numa determinada cultura, aos comportamentos e desejos, mas não ao fato de saber-se homem ou mulher. A consolidação da tópica, assim, precisa que o sexo venha recalcar e fixar o gênero. Tal processo, apesar de necessário, é visto como uma perda, dado que a criança tem que abrir mão de uma série de posições subjetivas para se encaixar no princípio identitário e opositivo (a essa perda, como veremos, nomeamos castração). Troca-se, assim, uma plenitude imaginária (na qual se pode ser tudo ao mesmo tempo) pelo princípio de identidade: o Eu paga um preço alto para poder se consolidar e ganhar estabilidade.

Tal processo, como nos lembra diversas vezes Laplanche (p. ex., 1999/1994), precisa fazer uso dos grandes modelos culturais de interpretação e ligação da sexualidade. De um lado, temos o grande modelo de interpretação da diferença sexual, que alça a diferença anatômica à centralidade identitária e ao lugar de símbolo da incompletude, da falta: o complexo de castração. Num primeiro momento, anterior à assunção de um sexo, o complexo de castração começa a fazer uso da diferença anatômica para circunscrever as relações de sedução e penetração, valendo-se dos orifícios do corpo para delimitar e simbolizar o trauma em termos de enigma. Num segundo momento, o complexo de castração transforma defensivamente a diversidade de representações penetrantes e penetráveis do corpo na dualidade fálico/castrado. A lógica fálica, aqui, aparece com seu poder recalcante. Assim interpretamos o complexo de castração proposto por Freud, mantendo sua centralidade sob argumentos diferentes: ele seria uma forma de interpretação da diferença sexual, necessária para a defesa diante dos momentos originários de passividade, fragmentação e penetração generalizada. Como ele precisa organizar e ligar o que era múltiplo, é vivenciado como perda de uma completude imaginária, instaurando a lógica da falta. Ao mesmo tempo, a negação dessa multiplicidade instaura certo desejo de retorno ao originário, retorno à posição inicial de não diferenciação dos sexos, de não incidência da falta, mas também de não consistência do Eu. Tal desejo, afinal, pode ser entendido enquanto gozo, pois coloca em jogo a possibilidade de um prazer tão extremo que levaria à dissolução do Eu e sua conseqüente morte.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

De outro, temos o grande modelo que busca dar uma narrativa ao complexo jogo de identificações e posições subjetivas, impondo a necessidade de escolha de certas posições e de preterimento de outras: o complexo de Édipo. Podemos interpretar o Édipo como uma espécie de equivalente do complexo de castração no nível das identificações parentais. Evocamos aqui a releitura feita por Ribeiro (1993) do caso Hans, na qual fica claro o papel normatizante do pai ao “edipizar” Hans, ou seja, restringir, a partir de uma lógica binária, outras formas de identificação ao prescrever-lhe a masculinidade cuja referência fosse o pai e seu pênis³. O Édipo, assim, é uma narrativa cultural que busca restringir a pluralidade de posições identificatórias ao conferir-lhe limites e oposições excludentes. Laplanche conecta os dois complexos ao observar que:

Por isso, damos a maior importância à percepção da diferença dos sexos na forma de traduzir e elaborar a diversidade dos gêneros, que, por sua vez, é proposta desde o início pelo ambiente social próximo. Traduzida como presença/ausência do pênis, a diferença dos gêneros se afirmará, posteriormente, até mesmo no “complexo de Édipo”. Longe de nós, contudo, concordar com Freud que o complexo de Édipo seja uma “situação”, muito menos uma situação por iniciativa da criança. O complexo de Édipo foi e continua sendo um mito, desde sua versão sofocliana até as versões freudianas e pós-freudianas. Ele ajuda a criança a dar uma forma narrativa – à

³ Comentemos brevemente alguns trechos dessa análise para situarmos nosso argumento. Em uma das fantasias relatadas por Hans a seu pai, ele imagina que estava no banho, quando um bombeiro chegou, desparafusou a banheira e depois “bateu uma grande broca” em seu estômago. O pai de Hans traduziu essa fantasia da seguinte maneira: “Eu estava na cama com mamãe [pois era a mãe que dava banho em Hans]. Depois papai veio e me tirou de lá. Com seu grande pênis ele me empurrou do meu lugar, ao lado de mamãe” (Freud, 1996/1909, p. 64). Se, como lembrado pelo próprio Freud (*ibid.*, p. 68), levarmos em conta as “repetidas garantias” de que a banheira, para Hans, simboliza o “espaço que contém bebês”, bem como o impacto causado em Hans pela gravidez de sua mãe à época do nascimento de sua irmã, podemos, na esteira de Ribeiro (1993; 2000), supor uma interpretação diferente para a referida fantasia: o bombeiro poderia estar desparafusando a banheira para enfiá-la dentro de Hans, e este expressava assim um desejo de ter filhos *como* a sua mãe. A segunda fantasia com o bombeiro, somada a acontecimentos da época do nascimento de sua irmã, apontam para a legitimidade dessa interpretação. Hans dissera a seu pai que pensara no bombeiro novamente, e desta vez ele havia lhe retirado o “traseiro” e o “pipi” com um par de pinças e depois lhe dera outros. Seu pai, sem hesitar um momento, lhe disse imediatamente que o bombeiro lhe dera, então, um traseiro maior e um pipi maior, “como os de papai, porque você gostaria de ser como papai” (*ibid.*, p. 92). Lembremos que, quando a mãe de Hans dera à luz sua irmã, ao ver as bacias repletas de sangue no recinto onde o parto domiciliar tivera lugar, ele disse surpresa: “Mas não sai sangue do meu pipi” (*ibid.*, p. 19). Voltando então ao bombeiro: não seria mais legítimo pensar que Hans demonstrou, na segunda fantasia, um desejo de castração, pois só assim ele poderia ter um orifício do qual sairia um bebê? Assim, os complexos de castração e de Édipo são o momento no qual a criança se vê às voltas com a necessidade de ter que abandonar a multiplicidade de posições para encapsulá-las nas lógicas opositivas que instauram a falta.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

custa da sua própria culpa – às mensagens sexuais, muitas vezes bem mais cruas, que lhes são veiculadas pelos pais, o adulto. Ele propõe uma versão bem mais suavizada, sexualmente falando, mesmo que não deixe de ter um valor corroborante. (...) Esses romances, esses roteiros variáveis entre os indivíduos, seriam, pois, da ordem de esquemas narrativos culturalmente transmitidos, e não, como gostaria a teoria clássica, da ordem de fantasias filogenéticas, pretensamente “originárias”. (Laplanche, 2015/2006, p. 286).

Ambos os complexos são defensivos e encontram-se do lado das forças de recalçamento, dado que respondem à necessidade de se contrapor aos momentos originários de passividade e fragmentação (já frouxamente organizados pelo gênero) para que um Eu se consolide. São também, podemos dizer, normativos, se entendermos que buscam fornecer a coesão necessária à consolidação do Eu e da tópica a partir do recurso aos códigos sociais que se relacionam à evolução histórica do que se entende por humano. Advertimos, contudo, que nessa evolução histórica algumas categorias ganharam pregnância e acabaram se conectando de forma bastante colada às normas de produção de subjetividades, como é o caso da centralidade da diferença sexual e de certa interpretação defensiva a ela dada. É preciso levar isso em conta para, de outro lado, não cairmos no que chamo de “historicismo ingênuo”, que consiste em considerar de forma apressada quaisquer mudanças de costumes como mudanças no simbólico, o que nos impede de enxergar a tensão entre determinadas formas de dissidência identitária e a rigidez das normas culturais. Essa tensão, como nos lembrava Arán (2006), muitas vezes pode gerar sintomas de ordem narcísica ou limítrofe. É preciso ler esses sintomas a partir desse jogo de forças e das questões de natureza existencial envolvidas: o movimento de dissidência gera tensões, pois dentro do sistema heteronormativo de sexo-gênero se é permitido existir somente a partir de determinadas normas que regulam corpos-homem e corpos-mulher.

Como bem observado por Laplanche, seria um erro da psicanálise querer incluir como verdades metapsicológicas (portanto essenciais) os esquemas de narração advindos do universo do “mito-simbólico” (como Édipo e castração), dado que o que há de essencial no humano é apenas a situação antropológica fundamental, cujos desdobramentos conduzem à tópica psíquica. Ao mesmo tempo, Laplanche (2015/2003a, p. 202) adverte, “a psicanálise não deve baixar os braços quando se

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

trata de dar conta da intervenção do ‘mito-simbólico’ na constituição do aparelho psíquico humano”, pois essa intervenção é responsável por organizar subjetividades, submetendo-as a determinadas vicissitudes. Deve-se, assim, perceber sua pregnância e centralidade desses esquemas nos modos de subjetivação e, ao mesmo tempo, reconhecer que seu estatuto defensivo/organizador busca transformar códigos narrativos em certezas fundantes do Eu. Afinal, “a certeza do complexo de castração mantém-se com um fundo de ideologia e de ilusão”. (Laplanche, 2015/2003b, p. 169).

A partir desse substrato metapsicológico, retomemos a pergunta de Butler e reflitamos. Tal clareza sobre o aspecto defensivo e ilusório dessas crenças, desses “complexos”, é fundamental para não lhes conferir demasiado poder e, assim, não capturar a máquina psicanalítica de forma a transforma-la em dispositivo de controle. Por exemplo, não alinhar automaticamente aquilo que escapa às normas do complexo de castração a categorias psicopatológicas⁴, como a perversão e a psicose.

No que concerne à identidade, vimos como ela é, de um lado, um fundamental predicado do Eu em sua tarefa de afirmação da diferença e, de outro lado, uma defesa centralizadora diante do múltiplo. A partir de Heinz Lichtenstein (1961), um outro aspecto da identidade, interessante para nossos propósitos, se mostra. Trata-se do imperativo compulsório e mortífero da identidade, obrigada a se repetir a si mesma ao longo do tempo: “*antes muerto que mudado*”. A identidade, comumente vista como aliada do Eu, se mostra em seu caráter mortífero, desconstruindo também certa separação artificial entre Eu e pulsão de morte. A identidade, assim, tem certa estereotipia por ser condenada a repetir-se a si mesma através dos tempos. Ora, tanto as características de defesa, de redução do múltiplo ao uno, bem como as de compulsão à repetição, tornam a identidade um construto relativamente avesso a se tornar um baluarte da reivindicação da diferença e da liberdade. Ao mesmo tempo, a

⁴ Flávio Ferraz (2008, *online*) faz reflexão próxima a essa ao criticar o falocentrismo nas teorias psicanalíticas: “Penso que uma das consequências desta linha de pensamento é que, diante das modificações estruturais pelas quais passam a família, os papéis sociais do homem e da mulher, enfim, o regramento das sexualidades, as novas configurações só possam ser vistas como perversão, delinquência ou loucura, pois escapam à lógica fálica do discurso analítico e assim vão, automaticamente, alinhar-se às estruturas psicótica ou perversa. Para simplificar: o mundo vai se tornando *errado* e a psicanálise se mantém *certa* em seu poder diagnóstico, quer das pessoas, quer da cultura. Não é por outra razão que na França, quando se fala, por exemplo, da homoparentalidade, a oposição mais ferrenha à possibilidade de sua oficialização provenha de instituições tão díspares como a Igreja Católica e a psicanálise lacaniana!”

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

identidade é a marca maior do Eu, e aparece como reivindicação de que se aceitem como corpos humanos outros Eus à margem das normas de gênero. Nesse sentido, é natural que a identidade apareça como bandeira de movimento dissidentes.

Para lidar com esses diferentes sentidos da identidade, cabe lembrar um texto recente de Joan Scott (2005) sobre o dilema da igualdade x diferença. Do ponto de vista dessa autora, várias questões recentes que são alvo de debate caloroso não têm realmente uma solução fácil, sendo que dicotomizá-las conceitualmente faz com que se perca a tensão necessária entre os argumentos presentes nos dois lados de um paradoxo. Scott defende, então, que o melhor a se fazer é manter certos paradoxos na teoria, pois somente assim ela expressará a tensão existente em seu próprio objeto de estudo.

Aquilo que aparece como o bastião da afirmação da liberdade, paradoxalmente, é ao mesmo tempo a marca nítida do fechamento e da organização defensiva necessária para a continuidade da existência. Não é por outro motivo que os movimentos chamados identitários, quando se aferram demais a essa categoria - acreditando-se sujeitos unos - e deixam de incorporar a fluidez e os devires-outros em suas pautas, correm o risco de se falicizar às avessas e perder a conexão com outros movimentos investidos na promoção da liberdade do ser humano⁵. É claro que aqui estamos num difícil terreno de muitas nuances, muitas intersecções e relações de poder, exclusão e dominação. Acredito, pois, que nesse terreno, é preciso sustentar algumas tensões e paradoxos, à la Joan Scott, para não cair numa tentativa de resolver aquilo que não pode ser resolvido (por se definir justamente a partir da tensão e do jogo de forças) e assim cair ou num discurso simplista e ingênuo (como os que acreditam ter resolvido as tensões ao simplesmente incorporar o politicamente correto à teoria) ou num discurso opressor e retrógrado (como Roudinesco, 2022, que parte de um diagnóstico mais ou menos acertado do problema, mas recai em posições renormatizantes). A identidade, ao mesmo tempo, é força disruptiva ao representar sujeitos dissidentes diante das normas e força defensiva/normativa por reduzir o múltiplo ao igual. É impossível escolher um dos lados desse paradoxo sem cair em postura reducionista. Necessário se faz, portanto, compreender o jogo de forças e as tensões existentes nesse campo avesso a respostas totalizantes, situando-se diante

⁵ Veja-se, nesse sentido, a intervenção de Mano Brown num palanque das eleições de 2018, quando criticou uma certa parcela da chamada esquerda identitária por ter perdido a conexão com a periferia.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

desses paradoxos de forma a fazer trabalhar o compromisso ético da psicanálise com a liberdade do ser humano a partir de seu conhecimento sobre o inconsciente, sua clareza sobre a dissociação da pulsão com metas pré-estabelecidas, seu compromisso com a diferença e sua desconfiança diante de qualquer Eu que se creia senhor de si mesmo.

Referências

Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, IX(1).

Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.

Butler, J. (2003/1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ferraz, F. C. (2008). O primado do masculino em xeque. *Percurso* [versão eletrônica], 40. Recuperado de <http://www2.uol.com.br/percurso/>

Freud, S. (1996/1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. X). Rio de Janeiro: Imago.

Laplanche, Jean (1999/1994). La psychanalyse comme anti-herméneutique. In: *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.

Laplanche, Jean (2003). Le genre, le sexe, le sexual. In: Chabert, C. (org.) *Sur la théorie de la seduction*. Paris: Édition In Press.

Laplanche, Jean (2015/2003a). Três acepções da palavra "inconsciente" no âmbito da teoria da sedução generalizada. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.190-206). Porto Alegre: Dublinense.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

Laplanche, Jean (2015/2003b). O gênero, o sexo e o sexual. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.154-189). Porto Alegre: Dublinense.

Laplanche, Jean (2015/2006). Castração e Édipo como códigos e esquemas narrativos. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.280-287). Porto Alegre: Dublinense.

Lichtenstein, H. (1961). Identity and sexuality. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 9(12), 179-259.

Ribeiro, P. de C. (1993). Oedipe et castration selon le Petit Hans. *Psychanalyse à L'université*, 18(70), 47-70.

Ribeiro, P. de C. (2000). *O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária*. São Paulo: Escuta.

Roudinesco, E. (2022). *O Eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. São Paulo: Jorge Zahar.

Scott, Joan W. (2005). O enigma da Igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.